

SINDILEX



Fique por
entro

25 de fevereiro de 2026 | nº 130

Equipe de Corrida Sindilex já marca presença nas provas



EQUIPE DE CORRIDA

SINDILEX



VEJA NESTA EDIÇÃO

- Assembleia Geral Ordinária (online) será realizada em 5 de março
- Pública articula reação jurídica e política contra decisão sobre verbas remuneratórias
- TCU e Bird firmam acordo para reforma tributária

AGENDA E EVENTOS IMPORTANTES

QUINTA**22 DE JANEIRO**

Comemoração da aprovação da Lei do Descongela

O secretário-geral Marcos Alcy, a diretora jurídica Anne Tobos e a diretora de Comunicação Sônia Alves participaram do encontro e jantar em comemoração à aprovação da Lei do Descongela (Lei Complementar nº 226/26), promovidos pelo SINDALESP – Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Estiveram presentes a deputada federal Luciene Cavalcanti, o deputado estadual Carlos Giannazi, o vereador Celso Giannazi e o presidente da Pública Central do Servidor, José Gozze.

**SEXTA****30 DE JANEIRO**

Posse da nova Diretoria da Conacate

O presidente Miguel Lima, o secretário-geral Marcos Alcy, o diretor de Relações Intersindicais e presidente reeleito da Conacate, Antônio Carlos Fernandes, e o diretor de Esportes Eduardo Carrion participaram da cerimônia de posse da diretoria eleita da Conacate.



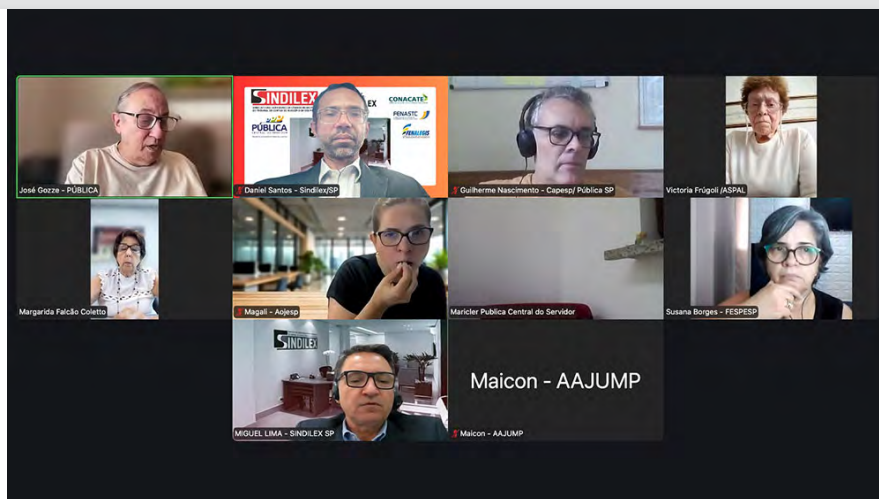
Reunião Pública Estadual

O presidente Miguel Lima e o vice-presidente Daniel Santos estiveram presentes na primeira reunião do ano da Pública Central do Servidor do Estado de São Paulo, que debateu os seguintes pontos de pauta:

1. Ampliação da representação da Pública no Estado;
2. Pauta de lutas:
 - a) defesa do SUS;
 - b) defesa do Iamspe;
 - c) defesa da Educação Pública;
 - d) defesa da redução da taxa de juros;
 - e) adesão ao teto remuneratório;
 - f) divulgação interna do texto aprovado pela Frente Paulista.

Próxima reunião virtual: **11/02**

Próxima reunião presencial: **30/04**

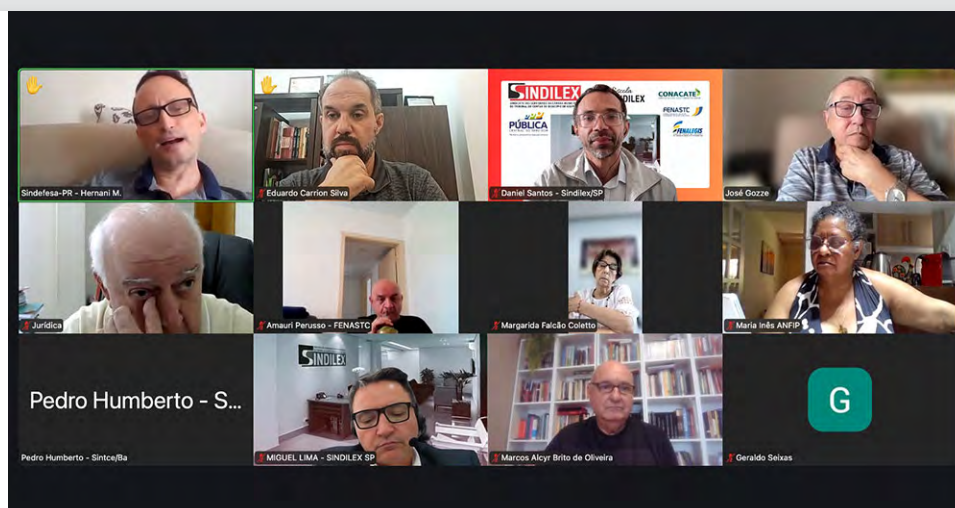


Reunião Pública Central do Servidor

O presidente Miguel Lima, o vice-presidente Daniel Santos, o secretário-geral Marcos Alcy e o diretor de Esportes Eduardo Carrion participaram da primeira reunião do ano da Pública Central Nacional do Servidor e, sob a coordenação do presidente José Gozze, debateram a seguinte pauta resumida:

1. Análise dos trabalhos de 2025;
2. Organização dos trabalhos para 2026;

3. Reforma administrativa;
4. Eleições no país;
5. Eleição da Pública.



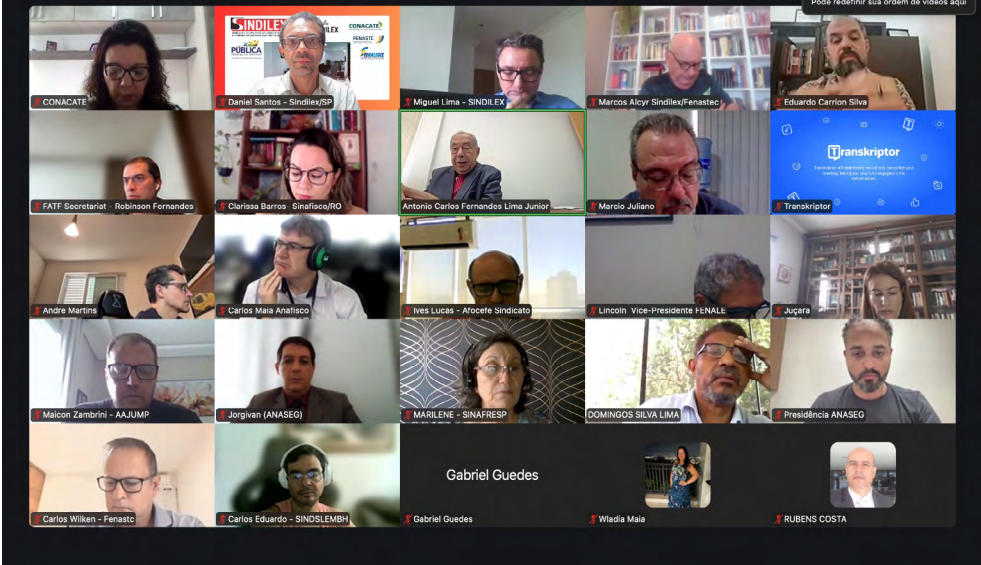
SEXTA

6 DE FEVEREIRO

Reunião da Conacate

O presidente Miguel Lima, o vice-presidente Daniel Santos, o secretário-geral Marcos Alcyr, o diretor de Relações Intersindicais Antônio Carlos Fernandes e o diretor de Esportes Eduardo Carrion participaram da reunião da Diretoria Executiva da Conacate e, sob a coordenação do presidente Antônio Carlos, debateram a seguinte pauta resumida:

1. Admissão de filiações: Associação Nacional dos Analistas do Seguro Social – ANASEG; Associação dos Técnicos de Controle Externo do TCE-MT – ASTECONPE-MT; e Sindicato dos Trabalhadores do Tribunal de Contas de Mato Grosso – SINTTCONTAS (art. 29, inciso VIII, c/c § 8º, do Estatuto Social);
2. Apreciação e aprovação da Previsão Orçamentária 2026 (art. 29, inciso II, c/c § 8º, do Estatuto Social);
3. Campanha da Reforma Administrativa;
4. Pós-evento de posse da diretoria e comemoração dos 15 anos da Conacate.



SEGUNDA 9 DE FEVEREIRO

Reunião de Diretoria

Sob a coordenação do presidente Miguel Lima, a diretoria do Sindilex debateu a pré-proposta de pauta da data-base, apresentada pelo presidente e pelo vice-presidente, bem como a implantação da Lei do Descongela (Lei Complementar nº 226/26).



QUARTA 11 DE FEVEREIRO

Reunião da Pública Estadual

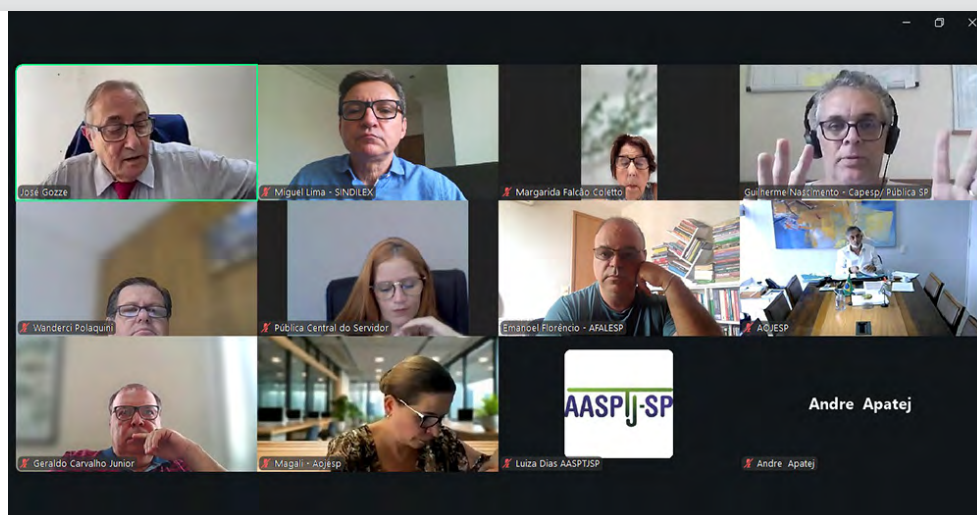
O presidente Miguel Lima participou da reunião virtual da Pública do Estado de São Paulo, que debateu a seguinte pauta resumida:

- 1. Ampliação da representação da Pública (sindicatos e associações novas);
- 2. Criação de Regionais no Estado de São paulo, facilitando a capilaridade de informações e ampliação de representação;

3. Aplicação do “Descongela”;
4. Participação nas reuniões virtuais da Frente Paulista em Defesa do Serviço Público;
5. Montar uma pauta de lutas no estado de São Paulo;

Próxima reunião virtual: **11/03**

Próxima reunião presencial: **30/04**



QUINTA

12 DE FEVEREIRO

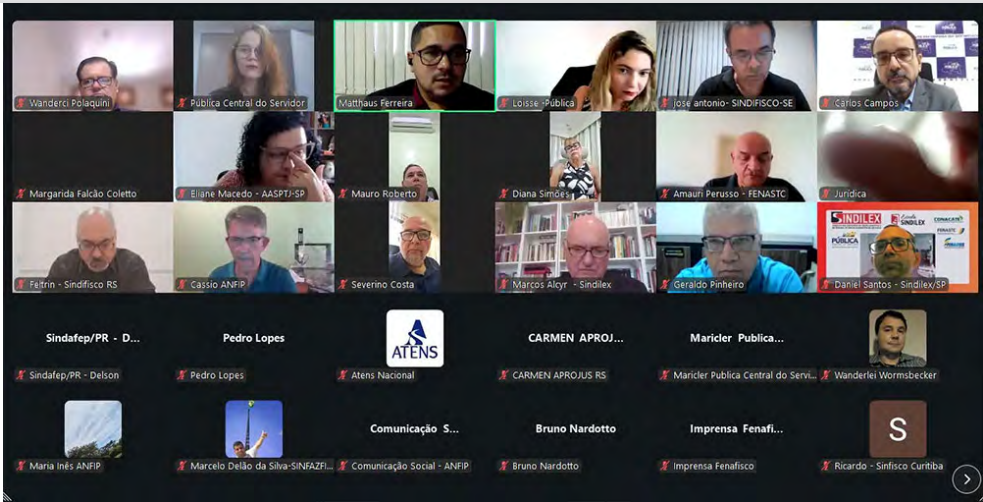
Reunião da Diretoria Pública

O vice-presidente Daniel Santos, o secretário geral Marcos Alcyrr, a diretora de comunicação Sônia Alves e o diretor de esportes Eduardo Carrion participaram da reunião semanal da Pública, que debateu a seguinte pauta resumida:

1. Planejamento para 2026 - Caixinha de sugestões;
2. Contribuição negocial;
3. Convenção 151 da OIT;
4. Regime Jurídico Único;
5. Eleições gerais;
6. Eleição da PÚBLICA

Reunião da Pública Nacional

O presidente Miguel Lima, o vice-presidente Daniel Santos e o secretário-geral Marcos Alcyr participaram da reunião semanal da Pública Central do Servidor que, sob a coordenação do presidente José Gozze, debateu essencialmente a decisão do ministro Flávio Dino, na Reclamação nº 88.319, proposta pela Associação dos Procuradores Municipais do Litoral Centro-Sul do Estado de São Paulo, bem como a possibilidade de a Pública ingressar como *amicus curiae*.



DATAS E EVENTOS IMPORTANTES

PARTICIPE!

ASSEMBLEIA *online* GERAL ORDINÁRIA

Pauta:

Reivindicações da Data Base 2026

NOVA DATA



05/03/2026 (quinta-feira)



19h (em primeira convocação)

19h30 (em segunda convocação)



Acesse o zoom pelo
QR Code ou no link abaixo



☎ (11) 3104.1023 📞 (11) 99607.9578

SINDILEX
SINDICATO DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL E
DO TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

● [Acesse aqui para participar](#)



SINDICALISMO PELO BRASIL

Pública articula frentes jurídica e política contra decisão que ameaça verbas remuneratórias

O Sindilex participou da reunião semanal da Pública Central do Servidor, na qual foram debatidos os impactos da decisão proferida pelo ministro Flávio Dino na Reclamação nº 88.319, bem como a possibilidade de ingresso da entidade como *amicus curiae*.

Segue abaixo o relatório detalhado discutido na reunião.

1. Abertura

A reunião foi iniciada pelo Presidente José Gozze, que destacou o caráter excepcional do encontro, convocado em razão da recente decisão proferida pelo Ministro Flávio Dino, cujo conteúdo pode gerar impactos significativos sobre direitos remuneratórios dos servidores públicos.

O Presidente ressaltou que a decisão traz interpretação no sentido de que vantagens não instituídas por lei formal poderiam ser consideradas inválidas, o que acende alerta imediato às entidades representativas, considerando que diversas verbas são regulamentadas por portarias e atos administrativos.

Após suas considerações iniciais, o Presidente transferiu a coordenação dos trabalhos ao Vice Presidente Wanderci Polaquini, em razão de compromisso institucional previamente agendado.

2. Contextualização do Tema Principal

O Vice Presidente Wanderci Polaquini destacou que a decisão foi recebida com surpresa pelas entidades e que, embora haja interpretação de que o objetivo seria atingir 'supersalários' e

penduricalhos, o alcance pode impactar indistintamente todos os servidores públicos.

Foi ressaltado que, em diversos entes federativos, benefícios como auxílio-saúde e outras vantagens não decorrem de lei específica, mas de atos da administração, o que poderá gerar insegurança jurídica.

3. Participação da Assessoria Jurídica

Foi registrada a presença do Dr. Matthaus Ferreira, representante do escritório responsável pela assessoria jurídica da entidade.

Ficou consignado que será necessária análise técnica aprofundada da decisão, avaliação dos impactos diretos e indiretos e estudo da viabilidade de medidas judiciais cabíveis, inclusive eventual atuação como *amicus curiae*.

4. Pontos de Preocupação Identificados

- Impacto sobre verbas regulamentadas por portarias;
- Risco de supressão de direitos consolidados ao longo do tempo;
- Possíveis prejuízos aos aposentados;
- Interpretação ampliada da decisão podendo gerar efeitos retroativos ou restrições futuras.

5. Encaminhamentos Deliberados

5.1. Reunião Extraordinária

- Das 10h às 11h: Reunião de Diretoria.
- A partir das 11h: Encontro ampliado com entidades filiadas.

5.2. Participação das Entidades

Foi definido que diretores e filiados deverão comparecer, em reunião de caráter estratégico para consolidação de posição institucional e definição de medidas jurídicas e políticas.

5.3. Avaliação Jurídica

A assessoria jurídica deverá elaborar parecer técnico detalhado, avaliar possibilidade de ingresso como *amicus curiae* e estudar medidas preventivas e estratégicas de defesa dos direitos dos servidores.

5.4 Jurídico

Ficou à disposição, para que qualquer entidade que queira ingressar

como *amicus curiae* possa consultar a assessoria jurídica da Pública.

6. Principais Preocupações Manifestadas pelos Participantes

Durante a reunião, os participantes manifestaram, de forma reiterada, preocupação quanto aos possíveis desdobramentos da decisão judicial em análise, destacando especialmente:

- A possibilidade de interpretação ampliativa da decisão, alcançando vantagens regularmente percebidas há anos pelos servidores;
- O risco de invalidação de verbas instituídas por meio de portarias e atos administrativos, ainda que consolidadas no âmbito da administração pública;
- Eventual efeito cascata da decisão, incentivando revisões remuneratórias em diferentes entes federativos;
- Impactos diretos sobre aposentados e pensionistas, considerados mais vulneráveis a alterações abruptas na estrutura remuneratória;
- Insegurança jurídica decorrente da ausência de critérios objetivos claros quanto ao alcance da decisão;
- Preocupação com eventual utilização da decisão como fundamento para revisão geral de benefícios, mesmo quando não configurados excessos remuneratórios.

Foi ressaltado que o tema exige acompanhamento contínuo, atuação coordenada das entidades e estratégia jurídica consistente, a fim de resguardar direitos historicamente consolidados.

7. Considerações Finais

A reunião foi marcada por preocupação institucional diante do alcance da decisão judicial, com reconhecimento de que os efeitos podem extrapolar o combate a eventuais excessos remuneratórios e atingir direitos amplamente consolidados.

Reforçou-se a necessidade de atuação articulada, técnica e estratégica, com envolvimento da diretoria, entidades filiadas e assessoria jurídica.

Nada mais havendo, foi encerrada a reunião, ficando consignados os encaminhamentos acima.

Brasília, 19 fevereiro de 2026



LEGISLATIVOS PELO BRASIL

Câmara debaterá cumprimento das metas fiscais pela Prefeitura

A Câmara Municipal de São Paulo irá debater o cumprimento das metas fiscais pela Prefeitura em Audiência Pública no dia 26 de fevereiro, a partir das 10h30, no Auditório Prestes Maia, 1º. andar do legislativo paulistano, Viaduto Jacareí, 100, Bela Vista, São Paulo.

A Audiência Pública será realizada no âmbito da Comissão de Finanças e Orçamento e atende ao disposto no artigo 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre e a trajetória da dívida no período.

Convidados:

- Sr. Luís Felipe Vidal Arellano – Secretário Municipal da Fazenda;
- Sr. Clodoaldo Pelissioni – Secretário Executivo de Planejamento e Eficiência;
- Sr. Domingos Dissei – Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

Observação: As inscrições para participação na audiência de forma virtual se encerram às 19h do dia 25/02/2026.

TRIBUNAIS DE CONTAS PELO BRASIL



TCU e Bird firmam acordo para implementação da reforma tributária



Em cerimônia realizada no dia 12 de fevereiro, foi assinado memorando de entendimento que detalha atribuições de cada uma das partes

A reforma tributária brasileira é o tema de acordo assinado no dia 12 de fevereiro pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (**Bird**). Eles firmaram o compromisso de colaborar e cooperar em atividades relacionadas à implementação da reforma tributária e seus impactos na economia e na sociedade brasileira.

O objetivo é que as duas organizações reúnam esforços e conhecimentos técnicos, ideias, dados e lições já aprendidas por meio de seminários, workshops, conferências para auxiliar o novo sistema de tributação sobre consumo no Brasil.

Outras tarefas possíveis incluem a colaboração na organização e execução de pesquisa e o planejamento de atividades conjuntas em áreas de interesse comum.

Pelo Tribunal, assina o documento a secretária-geral de gestão e controle externo, Juliana Pontes de Moraes. Pelo Bird, a diretora para o Brasil, **Cécile Fruman**. Estiveram presentes à assinatura do termo a dirigente do TCU **Tânia Chioato**, o economista sênior do Bird **Cornelius Flieschhasker** e o secretário de controle externo de contas públicas do Tribunal, **Agostinho Garrido**.

A parceria deve durar, inicialmente, cinco anos.

Atribuições do TCU

O TCU tem papel técnico e de fiscalização na reforma. Isso dá maior credibilidade ao processo de mudança e permite que os impactos sejam avaliados. Também atua analisando os números e cálculos feitos pelo governo para gerar as alíquotas de referência dos novos tributos.

Por Secom

19/02/26

Portal do TCU

TEXTOS CRÍTICOS



Banqueiros enriquecem com fraudes e corrupção

Serley Leal | Fortaleza (CE)

Maracutaias e corrupção não são novidades no sistema financeiro do Brasil. Aliás, elas são tão comuns quanto as altas taxas de juros cobradas dos correntistas que geraram, somente em 2025, R\$ 58 bilhões de lucros para os cinco maiores bancos privados que atuam no país.

Os donos dos bancos sempre enriqueceram com o roubo “legalizado” ou com as falcaturas protegidas pelos mais altos escalões da República.

Mas porque os bancos têm tanto poder? Como todas as operações financeiras são controladas pelos bancos, eles concentram enorme poder e influência. Seus donos indicam até o presidente da instituição que os fiscaliza, o Banco Central. Obviamente, com isso, determinam toda política monetária, impõem as regras, controlam as reservas e as taxas de juros praticadas pelo mercado.

A atual organização do sistema financeiro nacional tem sua origem na ditadura militar, que incentivou a fusão dos bancos para viabilizar o chamado “milagre econômico”. Desde então, os principais bancos passaram a concentrar quase 85% dos depósitos de toda a população. É uma história de corrupção, opulência e muito poder.

Na década de 1980, esses magnatas enriqueceram com a hiperinflação e o desvios de verbas públicas para salvar muitos bancos em falência socorridos pelo BC. Em 1990, o Programa de Reestruturação do Sistema Financeiro (Proer), que saneou os bancos estaduais antes de serem privatizados a preço de banana, foi um dos maiores crimes contra o povo (em valores atualizados, os custos para os cofres públicos passaram de R\$ 45 bilhões).

Em 2002, o Banco Central teve prejuízo de R\$ 17,2 bilhões com o escândalo do banco Marka-Fontecidam com operações irregulares de compra de dólares; em 2005, o banco Santos sofreu uma intervenção do BC, gerando um prejuízo de R\$ 2,9 bilhões; em 2010, o Panamericano, de propriedade da família Sílvio Santos, causou um rombo de R\$ 4 bi após fraude financeira. Atualmente, com a criação dos bancos digitais, as máfias e o crime organizado estão se aliando com os operadores dessas instituições para lavar dinheiro e acumular enormes fortunas.

A fraude do Banco Master

O mais recente caso de fraude foi revelado após a intervenção do Banco Central no Banco de Master, de propriedade do banqueiro Daniel Vorcaro.

Entre 2019 e 2024, Vorcaro transformou o Master numa empresa de R\$ 4,2 bilhões de patrimônio líquido e com uma carteira de crédito de R\$ 40 bilhões. “Milagre” de gestão? Não! Pura e simplesmente fraude.

A operação funcionava assim: ele captava recursos dos correntistas oferecendo uma taxa de juros maior do que os outros bancos. Por exemplo, se a Caixa Econômica oferecia 90% do CDI, o que significa aproximadamente 1% de rendimento ao mês no CDB, o Master oferecia 130%, resultando num ganho maior para quem aplicasse. Com esses valores arrecadados,

o banco oferecia empréstimos de alto risco para cobrir as taxas, além de comprar carteiras de créditos de outras instituições com dificuldades para recuperá-los e adquirir ações ou aplicar em projetos com maior risco. Resultado: os negócios programados não resultaram em lucros suficientes para honrar seus compromissos com os correntistas, e Vercaro passou a oferecer fundos com maiores rendimentos sem apresentar os riscos. É como um sistema de pirâmide financeira: para manter os pagamentos anteriores, você tem que aumentar o número de pessoas que financia. Porém, uma hora a casa cai...

Antes do Banco Central intervir, os investigadores perceberam diversas movimentações irregulares. A maior delas foi uma operação de venda de carteira de crédito ao BRB (Banco Regional de Brasília), pertencente ao Distrito Federal, por R\$ 12 bilhões. O problema era que os contratos vinculados eram falsos, resultando num prejuízo para o BRB. A operação tinha sido articulada até com o governador do DF, Ibaneis Rocha (MDB), juntamente com os principais diretores e o presidente da instituição, Paulo Henrique Costa.

Essa maracutaia era uma forma de cobrir o rombo que já existia no banco Master. Ao aprofundar as investigações, a Polícia Federal e o Banco Central perceberam outras dezenas de operações ilícitas cometidas pelos gestores. As estimativas apontam para um prejuízo de R\$ 55 bilhões, o maior da história do Brasil.

Prejuízo ao povo

As investigações já revelaram que deputados e senadores, ministros do Supremo Tribunal Federal, governadores, diretores do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e até do Tribunal de Contas da União tentaram influenciar ou mesmo abafar essas investigações. Obviamente, outros banqueiros têm grande interesse em ficar com a massa falida do Banco Master e pressionam o Banco Central. Por outro lado, os investidores e parceiros de negócios de Daniel Vercaro insistem em protegê-lo, mas, como o roubo é muito grande, não conseguirão jogar o crime para “debaixo do tapete”.

Por outro lado, os correntistas que têm até R\$ 250 mil aplicados serão ressarcidos pelo Fundo Garantidor de Crédito, responsável pela proteção dos poupadores. Quem tiver valores superiores, vai ter que esperar decisão judicial após finalizar todo o processo de liquidação do banco. Esse fundo é administrado pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central e tem uma quota de todas as instituições financeiras, entre elas os bancos públicos. Ou seja, uma parte do prejuízo causado pelo Master será pago pelo povo brasileiro.

A conclusão é uma só: a raiz de todas as fraudes no sistema financeiro brasileiro está na enorme ganância dos banqueiros, na certeza de impunidade, na busca incessante de lucro, no desejo de viver no luxo (Vorcaro gastou R\$ 15 milhões na festa de 15 anos de sua filha), enquanto milhões de pessoas vivem miseravelmente. Enquanto esse sistema financeiro privado existir, novos casos como esse continuarão estampando os jornais e o dinheiro do povo brasileiro continuará servindo para enriquecer meia dúzia de bilionários.

[Matéria publicada na edição impressa Nº 328 do jornal A Verdade](#)

Nota: Os artigos representam a opinião dos autores e não necessariamente a opinião da Diretoria do Sindilex.



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

Até agora o Master já levou para o buraco 8 instituições



Imagem meramente ilustrativa: Daya

20 de fevereiro, 2026

O que a Auditoria Cidadã da Dívida vem alertando há tempos está se confirmando, infelizmente, da pior forma possível. A recente notícia do InfoMoney revela que o Banco Central já decretou a liquidação de **oito instituições financeiras ligadas ao chamado “caso Master”**. É o retrato de um sistema financeiro que opera sem transparência, com fiscalização falha e tolerância a práticas de alto risco — até que o estrago se torne incontornável.

Desde o início, a ACD denunciou que o modelo desse esquema era uma bomba-relógio: estruturas obscuras, riscos sistêmicos para a economia

do país e um potencial devastador para fundos ligados a trabalhadores e aposentados. O resultado está aí: instituições quebradas, prejuízos bilionários e o Fundo Garantidor de Créditos acionado para tentar conter um desastre que poderia e deveria ter sido evitado.

Não se trata de “acidente de mercado”. Trata-se de **um padrão de omissões, conivências e falhas de supervisão** que precisam ser investigadas com profundidade. Quem ganhou com esse esquema? Quem se beneficiou da demora em agir? Quem vai responder pelos danos sociais causados?

Fonte: Portal da Auditoria Cidadã da Dívida

<https://auditoriacidada.org.br/>



ALERTA JURÍDICO

Comunicado importante



Prezados filiados do SINDILEX,

Muitos de vocês possuem processos judiciais, em especial precatórios.

Criminosos estão se passando por funcionários do STJ, de tribunais e até por advogados, enviando mensagens por WhatsApp ou telefone, informando suposto "ganho de causa" para solicitar pagamentos via PIX ou dados pessoais, sob o pretexto de liberar alvarás ou acelerar processos.

Também estão enviando mensagens solicitando pagamento de custas, taxas ou impostos para a liberação de valores, chegando a utilizar sites e logomarcas que imitam tribunais e outros órgãos oficiais.



Como funciona a Fraude (Alerta 2026)

- **Falsos Funcionários:** Estelionatários usam fotos de tribunais e agem com tom de urgência para liberar valores de processos.
- **Falso Advogado:** Mensagens solicitando pagamentos de custas, taxas ou impostos para liberação de processos.
- **Sites Falsos:** Uso de sites que imitam o do STJ ou outros órgãos.

Assim, orientamos que:

- 1. Não faça pagamentos:** O Judiciário nunca pede PIX, boletos ou transferências para liberar processos.
- 2. Desconfie de contatos via WhatsApp:** Tribunais não fazem atendimentos judiciais por este canal.
- 3. Confirme com seu advogado:** Qualquer informação de andamento recebida por WhatsApp, verifique diretamente com seu advogado de confiança, ligando para o escritório, ou ligue para o SINDILEX que iremos orientá-lo.
- 4. Não forneça dados:** Nunca passe senhas, fotos de documentos ou dados pessoais por telefone ou mensagens.

Na dúvida, ligue para o SINDILEX, ou para a DGM e fale com seu Departamento Jurídico para receber informações seguras (011) 96690-5403.

Atenciosamente,

SINDILEX

Painel de Ações Judiciais em andamento

O Sindilex impetrou várias ações coletivas e individuais, visando defender os interesses dos servidores da categoria.

[Para mais detalhes, veja o resumo e acompanhe o status atualizado das ações clicando aqui](#)



Este foi o boletim Sindilex com as últimas atualizações e informações relevantes. Para manter-se sempre informado e participativo, não deixe de nos acompanhar. Além disso, estamos abrindo um canal especial para perguntas e sugestões, reforçando nosso compromisso com a transparência e a participação de todos. Compartilhe suas ideias e contribua para um Sindilex ainda mais representativo. Aguardamos o seu contato!

Ousar lutar, ousar vencer.

Visite nosso site www.sindilex.org.br e saiba mais



Parabéns, atletas!

Com energia e espírito de superação, os atletas da **Equipe de Corrida Sindilex** brilharam nas corridas de dezembro, janeiro e fevereiro. A cada prova, fortalecem não apenas o desempenho individual, mas também a integração e o orgulho de fazer parte da nossa equipe.

SÃO SILVESTRE



Atleta do TCMSP
Mônica Aparecida Correia

REVEILLON RUN



Atletas do TCMSP
Mônica Aparecida Correia
e Claudia Regina Correia

21K ALPHAVILLE



Atletas do TCMSP
Leonardo Cesar e
Luiz Gustavo

MEIA MARATONA INTERNACIONAL



Atletas do TCMSP
Luiz Gustavo,
Mônica Correia,
Rita Moreira e
Claudia Correia

MEIA MARATONA ESTRADA VELHA 10KM



Atletas do TCMSP
Mônica Correia,
Antonio Carlos
e Claudia Correia

TRACK AND FIELD



Atleta do TCMSP
Claudia Correia



Atleta do TCMSP
Luiz Gustavo



Atleta do TCMSP
Mônica Correia

CORRIDA PELA CIDADANIA



Atleta do TCMSP
Fabiana Bataglia

CIRCUITO DO SOL



Atleta do TCMSP
Fabiana Bataglia

Lilian Santos
ESTÉTICA PERSONALIZADA

Massagem relaxante

Projetada para promover o bem-estar geral e reduzir o estresse, a tensão e as dores musculares através da liberação miofascial.

Massagem relaxante facial

Proporciona alívio de dores de cabeça, ATM, bruxismo, fibromialgia, ansiedade e problemas respiratórios. Com compressas quentes e frias na terapia de 50", promove relaxamento muscular profundo e efeito lifting.

Candle massage

Todos os benefícios da massagem relaxante com uma vela quentinha e nutritiva para a pele.

Shiatsu

Shiatsu significa "pressão com os dedos" — uma técnica de massagem que age pontualmente nos músculos tensos, aliviando tensões. A prática trabalha os meridianos (pontos de energia segundo a Medicina Tradicional Chinesa) e proporciona equilíbrio.

Drenagem linfática corporal

Acelera a circulação da linfa, líquido que transporta nutrientes e elimina resíduos celulares. Ajuda a reduzir inchaço e inflamação, melhora a circulação sanguínea e o sistema imunológico, promove relaxamento e define o contorno corporal.

Drenagem + lifting facial

melhora a circulação e realça o contorno facial, proporcionando nutrição e efeito tensor imediato.

SPA dos pés

Movimentos de massagem relaxante específicas para a região dos pés atrelados a pontos de reflexologia podal.



Terapias corporais 60 e 90min
Terapias faciais 30 e 50min

*Condições especiais
para sindicalizados*

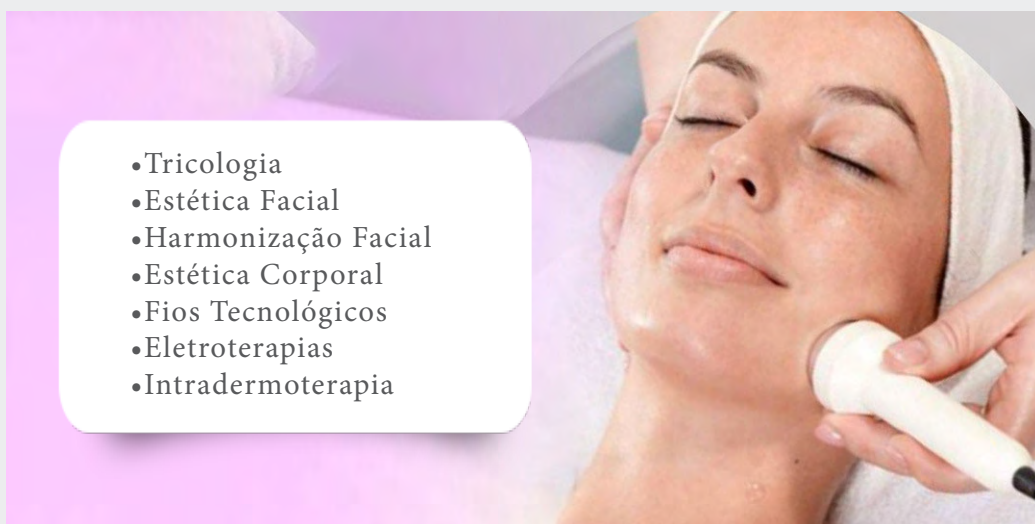
(11)95850-6178

@esteticaliliansantos

ESTÉTICA AVANÇADA

DRA. MARGARETE HAMAMURA

- Tricologia
- Estética Facial
- Harmonização Facial
- Estética Corporal
- Fios Tecnológicos
- Eletroterapias
- Intradermoterapia



MEDICINA TRADICIONAL CHINESA

- Acupuntura Tradicional
- Acupuntura Estética
- Moxabustão
- Ventosas
- Laserpuntura
- Eletroacupuntura
- Auriculopuntura



AGENDE SUA CONSULTA:  (11) 96607.9578



TOTALPASS

CUIDE DA SUA ALIMENTAÇÃO COM O TOTAL NUTRI!

Clique no banner do Total Nutri no app da TotalPass, preencha o formulário contando mais sobre sua rotina e seus objetivos, e receba por e-mail um plano alimentar personalizado, com orientações e dicas de reeducação alimentar.



Acesse o app TotalPass e clique em "Cadastrar"



Selecione sua empresa e confirme



Preencha os dados solicitados



Finalize o cadastro. Pronto!



Ainda não tem o app TotalPass?
Faça o download na Google Play ou App Store.

bit.ly/aplicativo-totalpass



#VAMOSTOTALIZAR

[Saiba mais sobre o Total Pass clicando aqui](#)